



VII Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança

Vinte anos de atuação: um legado de parceria e de
novas perspectivas para a segurança pública do estado
do Rio de Janeiro

Outubro de 2019



Wilson José Witzel

Governador

Cláudio Castro

Vice-Governador

Adriana Pereira Mendes

Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública

Elaboração:

Gustavo Matheus

Joice Campos

Diego Gimenes

Revisão Técnica e Edição:

Vanessa Campagnac

Assessoria de Comunicação:

Karina Nascimento e Natany Santana

Equipe do ISP:

Aloísio Alves Santana

Aloísio Sabino

André Luis Ribeiro de Souza

Bárbara Caballero

Bruno Simonin Caio Marcelo M. de Almeida

Carlos Augusto Caneli Maciel

Cristiana Duda de Menezes

Diego Soares Gimenes da Silva

Edson Claudio Montenegro Habib

Elisângela Oliveira

Emmanuel Antônio R. M. Caldas

Erick Baptista Amaral de Lara

Fernanda Messina

Janaína Paiva

João Roberto Werneck Rocha

Jonas Silva Pacheco

Jorge Luiz Monteiro dos Santos

José Augusto da Conceição Pereira

José Renato Biral Belarmino

Karina de Miranda Kelly

Leonardo D'Andrea Vale

Livia Benevides Floret

Louise Rolim

Luciana Moura Martins Costa

Luciano de Lima Gonçalves

Luiz Henrique Lavinias

Marcelo Haddad

Marcio Duarte

Márcio Pinto

Nadine Melloni Neumann

Nathalia da Costa Santos

Priscila Marques Carvalho

Ricardo do Bonfim Pantoja

Rosângela Feliciano

Rosangela Sodré

Rudá Brandão Azambuja Neto

Thiago Garcia Falheiros

Valéria Estevam da Graça

Vanessa de Amorim Cortes

Vanessa Ferreira

Victor Chagas

Wagner José Duarte

Wilmar Peixoto

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
OBJETIVOS	04
PROGRAMAÇÃO	04
SOLENIIDADE DE ABERTURA	05
A COORDENADORIA DOS CCS: contribuições e desafios dos ex-coordenadores.....	08
PERGUNTAS ENCAMINHADAS À MESA	16
RESPOSTAS DA MESA	19
GRUPOS DE TRABALHO	24
GT 01: Violência e indicadores de criminalidade: gestão de resultados	25
GT 02: Legislação dos CCS	26
GT 03: Dossiês grupos específicos	28
GT 04: Participação social na era digital	30
GT 05: A cidade e seus moradores: percepção de segurança e insegurança	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33

APRESENTAÇÃO

O VII Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) realizou-se no dia dez de outubro de 2019, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan, situado à Avenida Graça Aranha, 1 - Centro, Rio de Janeiro – RJ. Contou com a participação de 406 pessoas, dentre elas integrantes de diretorias dos conselhos, membros participantes das reuniões mensais dos CCS, membros natos, como os comandantes de unidades operacionais dos batalhões da Secretaria de Estado de Polícia Militar e delegados titulares das delegacias distritais da Secretaria de Estado de Polícia Civil, comerciantes, representantes de associação de moradores, pesquisadores, oficiais das Unidades de Polícia Pacificadora, policiais da Operação Presente, representantes de secretarias municipais, representantes do legislativo federal e estadual, e autoridades do Governo do Estado, tais como: o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro Cláudio Castro, o Secretário de Estado de Polícia Militar Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda, a Subsecretária de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Polícia Civil, Dra. Gisele de Lima Pereira, e a Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP), Dra. Adriana Pereira Mendes.

O evento foi uma oportunidade ímpar de apresentar as contribuições e a alta capilaridade nos assuntos de segurança pública nas diferentes realidades nas quais estão inseridos os conselhos. Pelas produtivas contribuições e demandas dos conselheiros no Fórum, evidencia-se que os Conselhos Comunitários de Segurança estão cada vez mais ativos e conscientes do seu papel e de sua representatividade junto às suas localidades. Reconhece-se ainda o quanto eles têm recorrido a diferentes interações, não somente aquela entre polícia e sociedade, como também as que se ligam a outras dimensões, tais como as de serviços públicos, desigualdades regionais, padrões de policiamento, dentre outras, para fazer valer suas demandas. Essas características revelam uma ampliação do entendimento de segurança pública vivenciada por esses cidadãos.

Os encaminhamentos presentes neste relatório serão objeto de apreciação da Vice-Governadoria do Estado Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Polícia Militar e Secretaria de Estado de Polícia Civil. As demandas e outras discussões que surgiram neste VII Fórum oferecem poderosos subsídios para a construção de respostas estatais aos problemas relacionados à violência urbana e segurança social, pois há vinte anos os conselhos se apresentam como importantes canais de participação social na segurança pública.

OBJETIVOS

O Fórum teve como objetivo central fomentar a discussão acerca das contribuições dos Conselhos Comunitários de Segurança no ano que marca seus vinte anos de atuação no estado, bem como seu futuro e o apontamento para novos caminhos nas políticas públicas de segurança do estado do Rio de Janeiro. Transcorridas duas décadas ininterruptas de trabalho voluntário e colaborativo na segurança pública, apresentamos aqui os anseios e sugestões decorrentes dessa atuação participativa e cidadã dos mais de 60 CCS ativos de nosso estado, que se configuram na presença expressiva de quase 406 pessoas de diferentes localidades do estado do Rio de Janeiro no auditório Pão de Açúcar da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan.

Mediante o exposto, o VII Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança ofereceu uma contrapartida aos conselheiros no que diz respeito ao sentido de seu trabalho, bem como buscou subsídios para a qualificação da sua atuação e sua promoção por meio de um diálogo contínuo e transparente para a segurança pública.

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Os trabalhos foram realizados a partir de 8h da manhã, encerrando-se às 17h45min do mesmo dia. Na parte da manhã ocorreram dois momentos distintos. No primeiro, a solenidade da mesa de abertura com autoridades do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e um segundo seguido pela mesa composta pelos quatro ex-coordenadores dos CCS, quando o atual coordenador, Cap. PM Gustavo Matheus, desempenhou a função de mediador. As palestras versaram sobre as contribuições e os desafios dos ex-coordenadores à frente dos CCS, enaltecendo a trajetória desses canais após seu vínculo ao Instituto de Segurança Pública. Ao término de suas arguições, abriu-se por sorteio a exposição oral de dez questões de membros de diretorias ativas, seguidas das respostas da mesa.

Na parte da tarde, às 14h, iniciaram-se as atividades de cinco grupos de trabalhos (GT), que contaram com a coordenação de dez funcionários do Instituto de Segurança Pública para a apresentação de cada temática proposta. O grupo de trabalho teve como objetivo aprofundar questões que perduram dentro dos CCS, visando à elaboração e à consolidação de algumas ações a serem apreciadas pela Vice-Governadoria, Secretaria de Estado de Polícia Militar e Secretaria de Estado de Polícia Civil.

Cada participante teve livre escolha na inscrição em um dos cinco temas propostos nos grupos de trabalhos, sendo ofertadas 30 vagas em cada GT. Após a apresentação e discussão dos temas, cinco atas foram redigidas e lidas por um integrante eleito no âmbito de cada GT após o término dos trabalhos no auditório do segundo andar da Firjan.

SOLENIDADE DE ABERTURA

Gestores/agentes públicos contextualizando os 20 anos de atuação dos CCS, promovendo a participação social na segurança pública do estado.

1. Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro: Cláudio Castro
2. Subsecretária de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Polícia Civil: Dra. Gisele de Lima Pereira
3. Secretário de Estado de Polícia Militar: Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda
4. Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública: Dra. Adriana Pereira Mendes

Mesa de abertura por ordem de fala:

Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública – Dra. Adriana Pereira Mendes

Dra. Adriana Pereira Mendes abriu o evento agradecendo a presença de todos. Destacou a importância da contribuição da sociedade civil no planejamento de ações para a solução de problemas relacionados à violência urbana e ao combate à criminalidade. Ressaltou que o evento se consolidou por meio dos anseios de seus conselheiros, que foram levados pela Coordenadoria dos CCS nas primeiras reuniões setoriais no ISP quando a mesma iniciava suas atividades à frente da presidência do Instituto. Recordou que foram dez anos sem a realização de um fórum dos CCS e isso fez sua gestão priorizar a realização do evento muito aguardado por todos os presentes. A presidente destacou o marco de institucionalização dos CCS, que no ano de 2004 passou a ser coordenado pelo Instituto de Segurança Pública. Destacou que seu compromisso com os conselhos foi construído anos atrás como delegada de polícia, que se fez presente nas reuniões do CCS, e mesmo quando à frente da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) participou ativamente das reuniões. Também ressaltou que a população deve sempre se lembrar que tem a oportunidade de ajudar a traçar novos caminhos para a segurança pública de nosso estado e que os conselhos são os espaços legítimos para a participação e a promoção de políticas públicas de segurança.

Secretário de Estado de Polícia Militar – Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda

Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda parabenizou pelo evento e ressaltou ser um entusiasta dos CCS por serem uma importante ferramenta para a gestão de segurança pública. Relatou sua participação como membro nato dos conselhos de Resende e Jacarepaguá, nos quais participou dos trabalhos e pôde conferir seus resultados significativos, possibilitando-o entender a importância desses canais e da amizade que se constrói nessas atividades. Ressaltou que se utilizou dos conhecimentos e comprometimentos dos CCS na gestão da unidade que comandou, além de, em diversos momentos difíceis, buscar balizar suas ações com base nos relatos plenos, reais e sinceros dos conselheiros. Destacou que em Jacarepaguá ocorreu uma mudança de área de circunscrição e que esta mudança foi fruto do entendimento do CCS, que observou que aquele era o momento de os bairros da Praça Seca e de Vila Valqueire passarem a pertencer à área da AISP 18. Nas reuniões de CCS fala-se de todos os níveis de atuação da segurança, seja a primária, a secundária e a terciária, e, como agrega outros órgãos de governo, como os municipais, isto os permite participar dos problemas e desafios enfrentados pelos moradores. Afirmou que nas reuniões de CCS são apresentados relatos sérios, e necessidades que, quando ouvidas, cooperam para a segurança de todos. Finalizou informando que a Secretaria de Estado de Polícia Militar é uma entusiasta dos trabalhos desenvolvidos pelos CCS e que todos os comandantes de unidades operacionais devem participar das reuniões mensais, assim como representantes das UPP e da Operação Segurança Presente, pois todos devem se comunicar para que juntos possamos fazer muito mais por uma segurança efetiva.

Subsecretária de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Polícia Civil – Dra. Gisele de Lima Pereira

Dra. Gisele de Lima Pereira ressaltou que a Secretaria de Estado de Polícia Civil entende que segurança pública não se faz sozinha, e que é necessária a parceria, a união, a troca de olhares e a empatia uns com os outros. Os Conselhos Comunitários de Segurança são um grande palco para que se possa ter essa empatia e construir uma confiança recíproca. O Fórum se faz importante para rever os feitos e aprimorar. Destacou que o Governo Witzel entendeu que elevar as polícias Civil e Militar aos níveis de secretarias de estado daria mais autonomia para as polícias e, com isto, trouxe a união dessas duas instituições e a comunidade, pois como não há outro mediador, nem intermediário, no caso a Secretaria de Estado de Segurança, é viabilizado um contato direto e estreito. Apresentou alguns dados que corroboram para o entendimento de melhorias dos índices de

criminalidade no estado, como a redução dos homicídios, dos roubos de veículo e de carga. Lembrou que a Secretaria de Estado de Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Polícia Militar trabalham com um quantitativo policial abaixo do previsto por lei e que já existe um esforço do Governador para reverter esta realidade, mas leva um tempo para que se recomponha o efetivo policial. Destacou que especificamente no estado há um indiciamento a cada seis minutos, o que ocorre quando o responsável pelo inquérito policial conclui haver indícios suficientes de autoria. Finalizou ressaltando a importância das delegacias por bairro, pois aproximam a Polícia Civil da comunidade local.

Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro – Cláudio Castro

O Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, informou que estava representando o Governador do Estado, Wilson Witzel, uma vez que o mesmo retornaria de Brasília ainda naquela manhã. Destacou a importância da viagem do Governador à Brasília para discutir as questões de distribuição dos *royalties* do petróleo que impacta toda a finança do estado, e todas as políticas, inclusive as de segurança. Ressaltou que a temática dos *royalties* merece atenção, pois envolvem uma possibilidade falimentar de nosso estado, uma vez que a perda seria equivalente a R\$ 20 bilhões por ano. O Vice-Governador agradeceu a presença de todos e ressaltou que não se cansa de elogiar os trabalhos do Instituto de Segurança Pública (ISP) e seus funcionários. Salientou que o ISP tem a missão de vislumbrar a democracia participativa nas questões de segurança pública por meio dos CCS. Parabenizou os 64 CCS em atividades no estado, reiterando que o evento não marca apenas 20 anos de conselhos, mas sim seus primeiros 20 anos de atuação. Afirmou que os CCS são fundamentais para o estado ouvir e entender o que cada cidadão pensa sobre segurança pública e entender como cada ação de governo se reflete no dia a dia da comunidade, já que um governo que não ouve as pessoas é um governo que não representa verdadeiramente sua população. Ressaltou que os governos são eleitos sob o princípio da representatividade, pois ninguém é eleito para mandar, mas sim para representar os anseios da sociedade, e nossa missão é não afastar a população das tomadas de decisões governamentais. No início do ano foi feita uma decisão muito difícil, motivada pela pergunta “o que fazer com a segurança pública?”. O princípio norteador, e que foi tema da campanha do Governador, foi a de despolitizar a segurança pública. Muitas das deficiências que se constatavam no funcionamento da segurança pública eram devidas aos excessos da política que se formava em torno dela. Pelo diagnóstico que se apresentava, as políticas de segurança pública tinham amarras políticas que engessavam o desenvolvimento de políticas públicas. Trabalhar tecnicamente nessa área esbarrava com as questões de ordem política, causando impeditivos aos trabalhos técnicos. Nesse sentido, um

basta para essa situação foi a dissolução da Secretaria de Estado de Segurança. Ressaltou que foi uma dura decisão, em que se perderam quatro mil homens e mulheres da segurança pública logo nos primeiros dias de janeiro de 2019. Nesta conta é necessário também entrar todo o trabalho de redução e defesa da população com quatro mil pessoas a menos trabalhando nessa área. Somando-se a isso, uma recuperação fiscal se apresenta como outra grande questão, pois a realidade que se apresentava logo no início do ano era de um déficit primário de R\$ 13 bilhões e R\$ 17 bilhões a mais a se pagar. A previsão era de que a partir de abril de 2019 já não haveria como arcar nem com a folha de pagamento. Esse era o cenário encontrado e seria uma infeliz e injusta afirmação dizer que a redução criminal no estado é fruto apenas do trabalho da Polícia Civil e da Polícia Militar, pois não há dúvida que os trabalhos dos conselheiros presentes no Fórum, que tiram suas manhãs e tardes para se reunir e lutar por sua rua, bairro e município, contribuem para a melhoria do estado nesse novo contexto de Governo. Agradeceu o trabalho de todos os conselheiros e disse que a realização do Fórum é justamente para propor um espaço de escuta e, nesse sentido, ele se propõe a se reunir com todos os CCS de forma regionalizada, por RISP, e assim iniciar um processo permanente de escuta da sociedade, pois somente assim continuará o processo de transformação do estado do Rio de Janeiro em um lugar cada vez melhor para se morar.

A COORDENADORIA DOS CCS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS EX-COORDENADORES DOS CCS

Ao longo de 20 anos de atuação dos CCS, 15 deles foram sob a responsabilidade do Instituto de Segurança Pública. Nessa trajetória, esteve presente a figura de um coordenador e, até a presente data, a Coordenadoria dos CCS contou com a importante participação de cinco coordenadores ao longo desses anos. Cada um deles, juntamente com sua equipe, deixou uma significativa contribuição na prática das atividades diárias dos conselhos, servindo de facilitadores na interação com os CCS, garantido a formalidade e a impessoalidade na organização e coordenação desses espaços. Os coordenadores contribuíram sobremaneira para o amadurecimento no trato dos problemas atinentes à segurança pública trazida pelos CCS. São eles:

1. Cap. PM Gustavo Matheus – Coordenador (mediador)
2. Cel. PM RR Paulo Augusto de Sousa Teixeira
3. Cel. PM RR Robson Rodrigues da Silva
4. Delegada de Polícia Civil Dra. Edna de Araujo
5. Maj. PM Claudia Moraes

Cap. PM Gustavo Matheus – Coordenador dos CCS

Coordenação – 2018 até o presente momento

O atual coordenador dos CCS, Cap. PM Gustavo Matheus deu início à sua apresentação fazendo uma breve contextualização dos Conselhos Comunitários de Segurança. Salientou que, conceitualmente, os CCS são uma instância consultiva e colaborativa das forças de segurança e sob responsabilidade do Instituto de Segurança Pública desde o ano de 2004. Atualmente, há 64 CCS em atividade, distribuídos em 45 municípios distintos, reunindo aproximadamente 350 pessoas diretamente envolvidas nas diretorias. Mensalmente, os CCS reúnem mais de 3.500 pessoas em todo o estado em suas reuniões. Mediante sua normativa, Decreto n° 46 de dezembro de 2018, foram reafirmados os objetivos dos CCS, que são o de aproximar a sociedade das instituições policiais, alinhando à filosofia de polícia comunitária, gerando credibilidade e confiança mútua nos trabalhos das forças de segurança e impulsionando políticas de segurança pública no estado. Antes do Decreto, os CCS se constituíam por meio de sete resoluções que formavam o aparato legal aos seus trabalhos. O Decreto n° 46 foi aceito como um importante marcador e muito bem recebido por todos. A Coordenadoria dos CCS é incumbida de zelar e resguardar as diretrizes regulatórias dos CCS, participar de algumas reuniões de conselho e manter os CCS em atividade, facilitando a manutenção desses espaços e amparando-os institucionalmente. Ressaltou que ainda existem certas dificuldades na manutenção e continuidade de alguns CCS ativos e que muitos acabam sendo desativados por falta de participação popular ou ausência de eleições. Como coordenador, reforçou a qualidade dos CCS por meio do trabalho voluntário, o que configura o forte alicerce e compromisso na atuação sem fins remuneratórios ou privilégios, mas em prol da coletividade. Apresentou dados que demonstram a evolução dos CCS ativos ao longo de seus 20 anos, sendo fácil observar sua evolução, após os mesmos estarem sob a responsabilidade do Instituto de Segurança Pública. Nesse sentido, o Fórum foi pensado considerando o marco alcançado por todos ali presentes, já que os trabalhos da Coordenadoria dos CCS não teriam sido possíveis sem a atuação de seus ex-coordenadores, aqui convidados para trocarem saberes e experiências. Ainda, o coordenador apresentou o perfil social dos participantes dos CCS no que se refere ao sexo, idade, escolaridade, profissão e tempo de participação nos conselhos.

Cel. PM RR Paulo Augusto de Sousa Teixeira

1ª coordenação – Início 2004 / Término 2007

2ª coordenação – Início 2008 / Término 2009

Com a palavra, o ex-coordenador dos CCS e ex-Diretor-Presidente do Instituto de Segurança Pública demonstrou grande satisfação pela assertiva da atual Diretora-Presidente do ISP, que em tão curto tempo de gestão conseguiu perceber a importância dos Conselhos Comunitários e tomou para si o compromisso de possibilitar um momento de reconhecimento das pessoas que se fazem presentes nos CCS e que dedicam seu tempo e sacrificam suas horas de lazer pelo compromisso com o interesse público. Cel. PM RR Teixeira buscou sintetizar sua fala apresentando o início de sua atuação no ano de 2004, quando a Dra. Ana Paula Miranda passou a presidir o órgão. Recordou que para dar início aos trabalhos da Coordenadoria dos CCS ele contou com a colaboração de uma estagiária e uma caixa *box* de papelão contendo algumas matérias de jornais que fomentavam a ideia daquilo que se entendia e esperava dos conselhos. Com poucos recursos, ele teve que traçar uma estratégia rápida de ida às reuniões de CCS para entender sua dinâmica, além das discussões e resultados que se produziam. O primeiro desafio encontrado na organização foi constatar que todas as reuniões de CCS ocorriam no mesmo dia, o que demandaria meses para que se pudesse percorrê-los. Foi, portanto, necessário criar um calendário que mantivesse datas fixas, mas diversificadas, ao longo do mês. O segundo desafio foi tornar as reuniões públicas, e isso foi viabilizado pela disponibilização da agenda de reuniões no site do ISP. Outro desafio foi buscar traçar uma estrutura de funcionamento dos CCS, fazendo com que eles tivessem certa similaridade, independentemente de em qual região do estado estivesse estruturado. Desta forma, começou a se consolidar uma organização mínima para a ação de funcionamento e de trabalho, com começo, meio e fim. No ano seguinte, nasce a Resolução n° 781, tentando resolver os problemas identificados e institucionalizar os espaços. A Resolução n° 781/2005 não foi uma ação inovadora, ela foi fruto daquilo que já estava afirmado em outros entes federativos, e foi adaptada à realidade do estado do Rio de Janeiro no sentido de viabilizar e organizar esses encontros. Já existia uma linha mestra de funcionamento dos CCS, periodicidade, presença de membros natos, diretoria formada por pessoas com pertencimento à localidade e que pudessem continuar as atividades mesmo com as movimentações dos comandantes e delegados da área. No ano de 2004 ocorreu o primeiro Fórum dos CCS, que serviu para delinear as particularidades e construir uma perspectiva de futuro numa vertente mais democrática de segurança pública. Um curso de capacitação desses agentes comunitários precisou ser pensado, pois naquele momento era necessário compartilhar conhecimentos e planejar ações. As contribuições trazidas nas atas das reuniões dos CCS qualificavam os dados estatísticos das regiões, viabilizando um olhar mais atento a partir daquilo que os moradores apontavam como problemas enfrentados. Fragmentos das atas eram extraídos e encaminhados à Secretária de Estado de Segurança em conjunto com a estatística criminal. Nos anos seguintes, novos fóruns e capacitações foram realizados, e elaborou-se também o Guia

Prático, contendo informações resumidas sobre a atuação e a estruturação de CCS. O Cel. PM RR Teixeira, primeiro coordenador dos CCS, destacou que, em meados de 2006, foi implementado o Fórum Permanente, uma discussão periódica com a Secretaria de Estado de Segurança e os CCS da Região Metropolitana, porém, esse modelo não avançou. Finalizou destacando que direcionou sua exposição no que ele chama de seu primeiro momento na Coordenadoria dos CCS, pois ele esteve à frente da Coordenadoria em dois períodos distintos, sendo nos anos de 2004 a 2007 e de 2008 a 2009.

Cel. PM RR Robson Rodrigues da Silva

Coordenação – Início 2007 / Término 2008

O ex-coordenador, Cel. PM RR Robson, iniciou sua exposição afirmando que é um prazer enorme voltar a casa e poder ver rostos amigos, e que não poderia deixar de atender ao pedido de um grande amigo, Cap. PM Gustavo Matheus. Agradeceu à Dra. Adriana, Diretora-Presidente do ISP, pela sensibilidade em promover o evento que permite recuperar a memória e trajetória dos CCS. Ressaltou que os CCS são as pequenas ágoras modernas, onde se aprende muito na pluralidade de ideias. O ex-coordenador afirmou que levou muito do conhecimento adquirido nesse saber local para a Unidade de Polícia Pacificadora. Acrescentou que o Secretário de Estado de Polícia Militar, Cel. PM Rogério Figueredo, foi muito feliz em sua fala ao elencar as Unidades de Polícia Pacificadora, a Operação Segurança Presente e os CCS. Destacou a fala do Cap. PM Gustavo Matheus, quando o mesmo afirmou que os Conselhos permeiam a filosofia de polícia comunitária. Citou um antropólogo espanhol que define a segurança como uma aspiração universal do ser humano e, desta forma, nada mais justo do que nós a busquemos por meio da ação participativa. Destacou que a reflexão sobre o porquê de participarmos como participamos e o porquê de não participarmos merece ser considerada. A participação e a ação política são uma questão do pensamento político ocidental, sendo que a filósofa política Hannah Arendt já apresentava sua contribuição nesse pensamento. De quantas amarras teremos que nos libertar para participar da ação política numa sociedade massificada e plural? Para Arendt, seria na ação política, mas entendendo a sua melhor qualidade conceitual, e se distanciando da forma pejorativa que encontramos hoje quando falamos em ação política. O que devemos buscar na política poderia ser verdadeiramente o que se esperar dela, a ação de governo legítima, a participação plural, aquela que acontece junto à sociedade e que se desdobra em ações, em verdadeiras políticas públicas. Cel. PM RR Robson afirmou que era nesse espírito de participação e ação política que ele, como coordenador dos CCS, participava das reuniões de conselhos. Agradeceu o aprendizado que obteve junto aos conselheiros, aprendizado que ele levou para outros espaços de

atuação, a exemplo das Unidades de Polícia Pacificadora, uma política de segurança que o permitiu conhecer o então Tenente Gustavo Matheus, atual Capitão e coordenador dos CCS. Afirmou que o Cap. PM Matheus, sempre muito curioso e entusiasta da iniciativa das UPP, apresentou um bom trabalho. Segundo Cel. PM RR Robson, o mito que se constrói e nos faz acreditar que o Estado é o único provedor exclusivo da segurança pública advém do pensamento de Thomas Hobbes, que, embora tenha nos ajudado no entendimento de uma sociedade contratual, contudo, observa-se na contemporaneidade que a segurança pública é um dever de todos. O Estado não é mais capaz de fornecer com exclusividade a segurança civil, pois presenciamos uma sociedade de massas, uma sociedade de consumo, individualizada e ao mesmo tempo global. Novos arranjos vêm surgindo para dar conta da nossa sociedade moderna e o conceito de governança vem aparecendo e as reflexões se aprofundando. O conceito de governança surge e identifica novos atores, para além dos estatais, no compromisso e no desejo por segurança. Nesse sentido, os Conselhos Comunitários de Segurança se inserem nesse novo contexto e sua importância se exemplifica, pois são canais não para delações e sim para afirmações de políticas públicas. Entre a dúvida de participar ou não participar de um CCS, de uma pequena ágora, o melhor caminho é sempre o de participar.

Delegada de Polícia Civil Dra. Edna de Araujo

Coordenação – Início 2009 / Término 2012

A Delegada de Polícia Civil, Dra. Edna de Araujo, agradeceu e elogiou os trabalhos desenvolvidos pela Diretora-Presidente do ISP. Agradeceu ao ex-Diretor-Presidente do ISP, Cel. PM RR Mário Sérgio Duarte, que a convidou para participar dos quadros do Instituto no ano de 2008 e posteriormente lhe confiou a Coordenadoria dos CCS. Ressaltou que na sua gestão ficou imbuída de levar os CCS aos locais onde ainda não haviam sido implementados, e esteve presente nas diversas regiões de nosso estado com o objetivo de sensibilizar as pessoas sobre a importância desses canais. Salientou que não há força suficiente em ações sozinhas, mas que a união e a multiplicação dessas forças permitem que as mudanças necessárias sejam alcançadas. Nesse sentido, salientou que o uso da tecnologia nos CCS pode expandir a participação por meio da rapidez de difusão de informações e fomento à tomada de decisão. Falou da necessidade das reuniões dos CCS terem praticidade, técnica e metodologia, pois somente assim viabilizam-se os resultados esperados. A renovação nas diretorias de CCS também se faz urgente: renovar os quadros e viabilizar a entrada de jovens, pois a juventude precisa participar desses espaços. Em sua gestão, reiterou sistematicamente essa questão, sugerindo que por meio das escolas, numa parceria com os CCS, a participação dos adolescentes na temática da segurança poderia ser

alcançada. Como proposta, apresentou a viabilidade dos conselhos de segurança mirins dentro das escolas, com o objetivo de se transformar numa ação, fomentando a participação da segurança escolar. Mesmo com os diversos problemas que as escolas enfrentam nesse quesito, a proposta não avançou. Destacou que difundir os CCS nas universidades também se faz necessário e, segundo ela, não podemos ficar ensimesmados nos nossos pequenos grupos para alcançar a voz que almejamos. Lembrou que na atuação cotidiana dos CCS a mediação de conflitos também se faz necessária, pois os conflitos existem ou existirão em algum momento dentro de uma diretoria, e deve-se lidar da melhor forma com as controvérsias para fortalecer a gestão e os trabalhos de todos. Indagou sobre o que se tem feito hoje para a promoção das parcerias privadas com os CCS. Os CCS não têm CNPJ, mas é possível criar uma associação dos amigos dos Conselhos Comunitários de Segurança, pois ninguém vive de pires na mão e as parcerias são possíveis e todos podem ajudar para o crescimento dos CCS. Para obter recursos é necessário sair da área de conforto. Uma ação importante que ela encampou foi a de sensibilizar a presença dos membros natos durante todas as reuniões do CCS. Preparou cursos sobre o funcionamento dos mesmos para os membros natos e outros agentes, para disseminar seu conhecimento e funcionamento entre os agentes das forças de segurança. Evidenciou que chegou a realizar cerca de 800 capacitações de policiais sobre as diretrizes de funcionamento dos conselhos. Esteve em batalhões e delegacias levando a capacitação a esses agentes. Finalizou indagando: “o que os conselhos querem pleitear para terem uma participação mais efetiva?”. Muitos pedem para que os CCS sejam deliberativos, mas não é tão simples como se parece, pois as funções das polícias, Civil e Militar, estão elencadas na Constituição Federal, nas normas, regulamentos e decretos. A contribuição dos Conselhos Comunitários se dá como órgão consultivo e essa participação consultiva não é algo pequeno na esfera da representatividade. Ser consultivo já agrega imensa responsabilidade e divide o exercício de atribuições da segurança pública. Nas águas da segurança pública de nosso estado devemos buscar por um “remar juntos” e não contra, pois ainda haverá muitos desafios nessas águas a serem enfrentados.

Maj. PM Claudia Moraes

Coordenação – Início 2013 / Término 2017

A Maj. PM Claudia Moraes iniciou sua fala apontando o desafio que seria falar posteriormente às demais exposições. Agradeceu a Diretora-Presidente pelo evento e ao coordenador, o Cap. PM Gustavo Matheus, que a sucedeu, e destacou a ideia feliz do coordenador em promover a mesa de encontro de ex-coordenadores. Ressaltou tratar de um encontro repleto de histórias e vivências experienciadas por todos ali

presentes. Agradeceu a presença dos comandantes de batalhões, delegados titulares, conselheiros e demais policiais presentes no evento. Afirmou que essas presenças marcam o compromisso com os CCS e apresentam a alquimia dos três elementos necessários para seu funcionamento, conforme a normativa dos conselhos, mas outros atores de níveis locais também são necessários e compõem esses espaços, pois estão imbricados na temática da segurança pública que é levada às reuniões de CCS. Destacou que os conselhos são espaços de encontros improváveis, que muitas vezes seriam mediados por ofícios e agendas por vezes inacessíveis. Entretanto, nas reuniões dos conselhos esses atores se colocam lado a lado, promovendo a oportunidade de se conhecerem e resolverem seus problemas. Reconhecer a história e trajetória de cada conselheiro é muito importante e era possível observar e identificar na plateia vários rostos familiares, de pessoas queridas, que compartilharam e compartilham o entusiasmo das atividades em prol da segurança pública. Citou alguns nomes de conselheiros e lembrou sua primeira reunião como coordenadora dos CCS. Mencionou os diversos modelos de gestão e governos pelos quais os CCS sobreviveram. Lembrou que os CCS resistiram à extinção da Secretaria de Estado de Segurança, uma ação de governo que resultou na vinculação do ISP à Vice-Governadoria do Estado. Concomitantemente a esse processo, a continuação dos conselhos foi viabilizada por conta de sua vinculação ao ISP. Ressaltou que a história dos CCS é, em parte, a história do Instituto de Segurança Pública. O Instituto tem a prerrogativa da divulgação dos dados estatísticos da segurança, mas tem também um olhar para fora, e esse olhar para fora é representado pelos Conselhos Comunitários de Segurança, por serem eles que voluntariamente apresentam o Instituto e todo o seu trabalho nas diversas regiões do estado. Quando se fala de CCS, se fala de trabalho voluntário, e é esse o grande valor e a grande beleza dos conselhos. A major destacou que reiteradas vezes a politização da segurança pública foi mencionada, bem como sua influência política dentro dos conselhos. Contudo, quando falamos da política em seu conceito puro, na sua origem, nos deparamos com aquilo que estava sendo feito naquele momento do VII Fórum, onde as pessoas estavam reunidas, interagindo, deliberando, trabalhando e pensando o destino do seu bairro, da sua cidade e do seu estado. Destacou que quando falamos sobre política devemos pensar sobre qual política estamos falando, pois a política que não é bem-vinda é aquela política pequena, que não deve penetrar na segurança pública e em nenhuma instituição, inclusive, nos Conselhos Comunitários. Ressaltou o desafio de dar visibilidade aos conselhos perante a sociedade, uma vez que ainda há pessoas sendo representadas num espaço que elas mesmas desconhecem, e muitas outras acreditam que este local destina-se a tomar café com o comandante e o delegado, sendo, portanto, a divulgação desse canal de extrema importância. Apesar de ser um local de encontro com esses atores, é também um espaço no qual as pessoas tornam-se iguais em termos de sua importância e contribuições,

configurando-se parte integrante das políticas que se destinam a esta temática, como destacou. Os conselhos não são espaços para apenas aplausos a delegados e comandantes, mas espaços que permitem o fazer parte na e da construção das políticas de segurança, de modo a poder apontar situações que muitas vezes os gestores de segurança não estão alcançando. O desafio dos CCS é o de trazer mais pessoas para participar, uma vez que as pessoas não são eternas e, segundo ela, queremos deixar uma cidade melhor para nossos filhos e netos. Todos ali presentes já deixaram um pouco da sua contribuição e fizeram parte da segurança pública de sua localidade. Desse modo, resta agora trabalhar para a sucessão, isto é, para “passar o bastão”, no sentido de comprometer outras pessoas com a importância dos conselhos. Este não é um desafio fácil, pois os conselhos precisam ser pensados para o futuro e, portanto, buscar novas pessoas. Há muito que se fazer e, mesmo não sendo deliberativos, os conselhos interferem na política de segurança e isso foi apresentado na fala do Secretário de Estado de Polícia Militar, Cel. PM Rogério Figueredo de Lacerda, em que destacou a mudança da AISP 18 como parte de um entendimento com os CCS da AISP 18. Destacou que no momento em que o Governo do Estado sofreu a maior crise financeira de sua história, em que diversos serviços foram afetados, foram os conselheiros os primeiros a tomar a iniciativa de ajudar as polícias, desde resma de papel a conserto de viatura. Todos os CCS ajudaram de alguma forma neste ato de superação de crise. Cada um, com sua realidade e particularidade, conseguiu, de alguma forma, ajudar as delegacias e batalhões de suas localidades. Caminhando para o término da fala, a major perguntou qual o legado que a sociedade quer deixar para os conselhos e como inserir novos atores nesses espaços, pois esses canais presenciais permitem o olho no olho, a empatia e a troca de saberes. Segundo a ex-coordenadora, jamais esses espaços serão substituídos pelas interações frias das tecnologias, mas reconhece que elas servem para ampliar a capacidade dos conselhos. Relembrou sua participação no projeto de criação da robô Alda e a necessidade de divulgação desse importante projeto, pois ela pode contribuir para ampliar a divulgação e o conhecimento sobre os trabalhos dos CCS no estado, uma vez que novas pessoas precisam se aproximar da ideia, pois ninguém é eterno e os conselhos não são propriedade de ninguém.

PERGUNTAS ENCAMINHADAS À MESA

Devido à inviabilidade de oferecer um momento de exposição oral a todos os participantes do VII Fórum, optou-se pelo método aleatório de escolha por meio de sorteio de dez falas, permitindo a todas as

diretorias de CCS ativos presentes no evento a igual possibilidade de fazer uso da palavra. Ressalta-se que as falas foram destinadas à mesa de ex-coordenadores dos CCS.

01. CCS AISP 03 - Cachambi, Méier, Abolição, Encantado, Piedade, Pilares, Engenho Novo, Jacaré, Jacarezinho, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Água Santa, Engenho de Dentro, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos, Del Castilho, Engenho da Rainha, Inhaúma, Maria da Graça e Tomás Coelho
1º Secretária - Jandira de Oliveira Fernandes

- Quais as ações efetivas para diminuir e eliminar as práticas de crimes em situação de rotina, tais como ônibus, pedestres e veículos?

02. CCS AISP 23 - Rocinha, Ipanema, Leblon, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal
Presidente - José Marcos Monteiro Ferreira

- Os Conselhos Comunitários Segurança são da temática segurança, mas como tratar os problemas sociais que afetam a segurança? O menino que está na rua tendo seu futuro ceifado vai buscar sobreviver e, muitas vezes, terá suas mãos sujas de sangue. O morador de rua, que também teve seu destino roubado, muitas vezes, cometerá desde pequenos delitos até mesmo aos mais graves. Mediante o exposto, as diretorias devem buscar a presença do Conselho Tutelar, das secretarias de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, bem como a do Ministério Público nas reuniões do CCS. Pela normativa, esses membros seriam convidados a participar das reuniões e eles o são, mas não comparecem. Teria como mudar o regimento e esses membros passarem a ser convocados a participarem das reuniões? Nesse mesmo sentido, teria como criar rotinas de trabalhos com os Conselhos Tutelares e construir uma agenda de trabalhos que envolvam os demais CCS?

03. CCS AISP 25 - São Pedro da Aldeia

Diretor de Comunicação - Zózimo Ribeiro Lisbôa

- Gostaríamos de saber qual a possibilidade de aumentar a quantidade de membros natos dos CCS, incluindo o Corpo de Bombeiros, Guardas Municipais e o BPRV; no caso do município de São Pedro da Aldeia, a presença do BPRV é importante.

04. CCS AISP 10 - Valença

1º Secretário - Jorge Alexandre

- Nosso objetivo não é denunciar, mas sermos parceiros, e gostaríamos de perguntar como o ISP pode nos apoiar para conseguirmos trazer a esfera municipal a participar das reuniões dos CCS. Gostaríamos também de contar com a participação do ISP em nossas reuniões e com a presença dos membros natos. Atualmente, apenas o delegado tem comparecido e o novo comando da Polícia Militar à frente do 10º BPM ainda não compareceu, não o conhecemos. O comandante de companhia também não comparece mais.

05. CCS AISP 06 – Maracanã, Praça da Bandeira e Tijuca, Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú e Vila Isabel

Diretor Social e de Assuntos Comunitários - José Jandir Borges Alves

- O estado criou o programa Operação Presente - muito bonito, mas acredito que os parlamentares têm que lutar para que os batalhões de Polícia Militar voltem a ter seu efetivo. A parceria funciona, mas funciona com um cobertor muito curto. A comandante Pricilla tem feito um trabalho excelente em parceria com as UPP. Porém, o Alto da Boa Vista está sofrendo com o aumento da criminalidade e minha pergunta é: tivemos vários programas de segurança ao longo desses 20 anos, e foram poucas as capacitações para os conselheiros, mas é necessária também a capacitação dos membros natos, pois sua falta de capacitação prejudica a eleição nos CCS. Por fim, a Resolução nº 781 deve se tornar um projeto de lei.

06. CCS AISP 33 - Mangaratiba

2º Secretário - José Carlos Tavares

- Solicitação de material para divulgação das atividades no conselho.

07. CCS AISP 07 - São Gonçalo, Neves, Monjolo, Ipiiba e Sete Pontes

1º Secretário - Carlos Alberto de Paula e Silva

- São Gonçalo tem 93 comunidades, predominantemente sob o julgo da facção criminosa denominada Comando Vermelho. De dois meses para cá o Comando Vermelho passou a agir como milícia, interrompendo os serviços de internet e telefones fixos, cortando cabos, dentre outras coisas. Colocaram, em seguida, empresas de fundo de quintal legalizadas para operacionalizar os serviços. Há dois meses temos um novo comandante no 7º BPM e até a presente data ele nunca compareceu a uma reunião do CCS. Manda representante que, em uma ocasião, recomendou que as associações comunitárias das comunidades fizessem uma reunião com os moradores para saber se as barricadas e os cortes de cabos de telefonia fixa e internet estavam incomodando. Gostaria de

encaminhar à mesa e saber se isso é normal e o que a gente vai fazer. Devemos fazer reunião na comunidade para saber se as barricadas e cortes de serviços podem ou não ser retirados?

08. CCS AISP 35 – Itaboraí

Diretoria estendida - Adriana das Graças

- Nós, conselheiros novos, precisamos de capacitação, uma vez que ela é importante para que a gente possa multiplicar nosso conhecimento, pois os conselhos têm suas lideranças comunitárias e nós precisamos saber como chegar até essas comunidades. Muitas vezes as comunidades veem os conselhos apenas como espaço para denúncias e isso dificulta muito a participação da comunidade nas reuniões. A capacitação vai nos ajudar a levar e buscar essas pessoas junto do que estamos construindo de melhor sobre as políticas de segurança pra nossa comunidade. Gostaria de saber se já há uma previsão de curso de capacitação para a Região da Metropolitana II.

09. CCS AISP 21 – São João de Meriti

Presidente - Mírian Rodrigues dos Santos

- Tenho duas questões para colocar. A primeira é sobre o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSPERJ), com a participação dos CCS por Regiões Integradas de Segurança Pública. Essa foi uma luta nossa e todos aqui sabem que fui veementemente contrária à primeira configuração do Conselho Estadual e nossa participação por RISP no Conselho Estadual foi atendida por meio de uma luta nossa. Neste ano, nosso Governador, talvez por uma orientação infeliz, mudou o conceito, mudou a composição do Conselho e ele se tornou um gabinete de gestão integrada, e trata-se agora de uma outra estrutura. Qual será a nossa movimentação, como Instituto de Segurança Pública e Conselhos Comunitários de Segurança, para a retomada do diálogo entre os CCS e o estado, que é o maior provedor dos serviços ligados à segurança. Esta é nossa luta. A minha luta há mais de 20 anos, pois comecei antes do ISP, comecei com os cafés comunitários e estamos aqui já há longa data e não desistimos. A outra questão diz respeito ao turismo no estado. Municípios e regiões que estão representados aqui hoje estão trabalhando para uma política transversal, uma proposta para o desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro. A segurança é uma questão que interfere no turismo, inclusive nas regiões da cidade do Rio de Janeiro, que conta com o turismo já consolidado, e na região da Baixada, na região turística Baixada Verde, onde a segurança interfere mais ainda. É um grande desafio para todo o estado do Rio de Janeiro o desenvolvimento do turismo, que podemos considerar hoje como o novo petróleo a ser explorado, mas a segurança pública precisa olhar para esse tema.

10. CCS AISP 14 - Bangu, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Gericinó, Padre Miguel e Senador Camará

Diretor Social e de Assuntos Comunitários - Sales Moreno

- Gostaria de reafirmar o compromisso dos conselheiros com os membros natos que sempre nos apoiaram. A pergunta é para o Instituto de Segurança Pública. Qual seria a infraestrutura mínima a ser oferecida aos CCS?

RESPOSTAS DA MESA

Cel. PM RR Paulo Augusto de Sousa Teixeira

Ressaltou que tem sido muito interessante a oportunidade de estar nos três lados do balcão, como agente, como formulador de política pública e agora como conselheiro. Algumas das demandas apresentadas aparecem recorrentemente nas reuniões de CCS. Uma delas é justamente no que se refere à composição do conselho. Em Teresópolis, o CCS que atualmente preside, há uma cultura de participação muito interessante, pois, apesar de não estar expressa na Resolução, há a participação efetiva da Prefeitura e também da Polícia Rodoviária Federal, devido às rodovias BR-116 e BR-465. Mas isso é uma construção, eles entenderam que o conselho é um lugar onde as coisas são resolvidas. Existe um grupo de WhatsApp que tem um número enorme de pessoas participando e que permite que as discussões não fiquem restritas somente à reunião mensal do CCS; o diálogo é constante e a reunião é só mais um momento de discussão. Quanto à pergunta sobre a possibilidade de aumentar o número de membros natos nos CCS, esta é uma questão que pode ser levada na parte da tarde, no grupo de trabalho onde serão discutidas essas questões. Já a capacitação dos membros natos é muito importante, a Dra. Edna fez esse trabalho de forma muito brilhante e é uma iniciativa que deve ser replicada.

Com relação à infraestrutura mínima para o funcionamento dos CCS, esta é uma pauta antiga e existe uma questão ligada à administração pública que é muito complicada de se resolver, pois perpassa questões de patrimônio e doações. Não teria como se aprofundar aqui, mas é uma questão que pode ser pensada, pois observamos que algumas cidades já vêm buscando soluções intermediárias para essa questão. Teresópolis e alguns outros municípios oferecem um espaço, uma área para os conselhos da cidade, onde se oferece uma sala com uma infraestrutura que pode ser compartilhada por diversos conselhos ao longo do mês, cada qual com seus arquivos. Sendo assim, algumas soluções podem ser construídas de forma confortável, tanto para os conselheiros como para a administração pública.

Quanto ao Conselho Estadual de Segurança, a recordação que fazia era a de uma grande luta para a inclusão no Decreto da participação de um membro de conselho e um suplente. Foi um desgaste muito grande conseguir isso e, depois, avançar para um representante por RISP. Não há outro caminho senão o de continuar persistindo para o aprimoramento desse canal permanente de discussão, pois ele facilita aos CCS conseguirem fazer suas demandas e também entenderem algumas negativas da segurança de forma regionalizada.

Cel. PM RR Robson Rodrigues da Silva

Com relação à pergunta de como poder atuar nos crimes de ruas, é importante que se compreenda que para esta ação é necessária uma aplicação racional dos recursos, pois os mesmos são poucos e as demandas são imensas. Uma forma de atuar melhor é usar as ferramentas que o ISP já produz, as manchas criminais podem ajudar a planejar melhor essa atuação. Com qualificação dos membros natos e membros dos conselhos, pode-se haver uma racionalização da aplicação desses recursos e isso tem sido usado nos modelos democráticos para os crimes de rua em diversas partes do mundo.

Com relação aos problemas sociais e aos problemas de segurança pública, devemos lembrar que a segurança pública atua na prevenção de problemas que vão afetar a vida e o patrimônio, e prioritariamente daqueles que afetam a vida. Todas as vezes que estivermos falando em prevenção, seja pelo cunho social ou qualquer outra estratégia que possa ser utilizada para prevenir crimes contra o patrimônio e contra a vida, devemos priorizar a vida, e problemas sociais são assuntos de segurança pública, sim.

Sobre a questão da capacitação, é de extrema importância essa lembrança. Podemos relembrar aqui do orçamento participativo, pois, num primeiro momento, os núcleos de participação social se viram aliados do processo, uma vez que o orçamento é uma prerrogativa parlamentar. Mas após a qualificação dos seus membros, as demandas passaram a ser bem qualificadas e não possibilitou um retrocesso, pois as mesmas chegavam com legitimidade e com qualidade ao poder público. Mesmo os orçamentos participativos sendo consultivos, na prática, eles acabavam sendo deliberativos, servindo então como um parâmetro para os CCS. Durante nossa gestão no ISP, com recursos obtidos por meio de um convênio com a União Europeia, fizemos uma qualificação muito bem frequentada, com diversos professores que vieram qualificar tanto os membros natos como os conselheiros. Essa qualificação foi muito proveitosa. Deixo, portanto, esta sugestão para o Cap. PM Matheus e o Instituto de Segurança Pública.

Sobre o CONSPERJ, é lamentável, mas trata-se de uma decisão governamental e se faz necessário olhar com um detalhamento maior, pois participação deve ser entendida como inclusão. Toda vez que existe a

demanda de participar, existe também a criação de um ambiente plural. Mas para isso a participação tem que ser de forma efetiva, rápida e racionalizada com qualidade. Acredito que temos qualidade dentro dos conselhos para que exista uma representatividade dentro do CONSPERJ.

Com relação aos problemas apontados na AISP 07, trazido pelo Sr. Carlos Alberto, eles são preocupantes e merecem ser melhor encaminhados. O ISP e todas as pessoas aqui são muito abertos nesse sentido e é necessário entender melhor o que está acontecendo. Preocupo-me como pesquisador sobre esse fenômeno que está afligindo a todos e se faz necessário entender melhor o que está acontecendo.

Delegada de Polícia Civil Dra. Edna de Araujo

Com relação às falas em torno da capacitação, isso é muito fácil de resolver, basta juntar a Academia de Polícia Militar e a Academia de Polícia Civil, e elas podem desenvolver esse trabalho com o apoio do ISP. Preocupe-me muito com a fala sobre a questão do turismo, pois o Rio de Janeiro vem perdendo muito nesta área por força da violência. Acredito que a DEAT – Delegacia de Atendimento ao Turista e, dentro da PM, algum órgão desta natureza, juntos, podem fazer um trabalho focando na Baixada Fluminense, pois sempre focam na Zona Sul em detrimento de outras áreas belíssimas do Rio de Janeiro.

Com relação a outros membros efetivos dentro dos conselhos, tais como representantes do Corpo de Bombeiros, Guardas Municipais, Serviço Social e outras entidades, tanto do estado, município ou da união, como o caso da Polícia Rodoviária Federal, precisamos trabalhar e entender, primeiramente, que não podemos legislar em outras instâncias de governo. A interlocução geralmente é muito mais rápida quando você se apresenta e se articula, mas perdemos em termos de institucionalidade, ficando muito no caráter pessoal e depois com a saída de um membro do conselho a aproximação se perde, sendo necessário, portanto, que se pense sim uma saída por meio de uma estrutura mínima que facilite esta interlocução.

Outra questão que apareceu foi o apoio material. Na minha gestão já aparecia a demanda por um “kit sobrevivência”, incluindo resma de papel e outras coisas. Naquela época os recursos já eram poucos e acredito que hoje o cenário seja até pior. Por isso insisto em dizer às senhoras e aos senhores que fomentem a parceria com instituições privadas junto aos conselhos. Criem associações que busquem esse fomento. Com CNPJ consegue-se capitanear recurso, pois o estado não pode repassar patrimônio para órgãos. No setor privado é muito mais fácil as pessoas fazerem o intercâmbio; no conselho da Tijuca, por exemplo, tinha o apoio de um supermercado, e em outros CCS tinha também o apoio de teatros, shoppings, escolas. Nós podemos ter esse trabalho em conjunto e melhorado.

A participação do Conselho Tutelar, eu acredito, é de fundamental importância, haja vista a problemática do Rio de Janeiro, como todos têm acompanhado na imprensa. Mas faz-se necessário não tornar essa situação um palanque político, pois nós fazemos política participativa e não partidária. Como coordenadora, tive que colocar muito freio em alguns prefeitos, pois queriam transformar o CCS em conselho municipal, tirando a vez de muitos dos senhores e senhoras aqui presentes. Em alguns dos casos, por meio de troca de favores, como cargos municipais e outras coisas, mas não vamos focar aqui nessas questões, pois é importante que seja dito que os senhores têm autonomia e não precisam ficar reféns de um partido político que está momentaneamente em um governo municipal. Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui.

Maj. PM Claudia Moraes

Com a palavra, a major destacou que foram apresentadas algumas perguntas e algumas solicitações, sendo que as solicitações ficariam a cargo do atual coordenador. Todas as questões apresentadas não foram novas aos coordenadores presentes, pois sempre se fala de inovações dentro dos CCS, mas temos também muita coisa relativa à atuação rotineira dos conselhos que merecem ser observadas. Algumas ações não são difíceis de serem resolvidas, como a Dra. Edna apontou com relação à capacitação de membros natos. A atuação da Coordenadoria sempre se dá na forma extrema, ou na comemoração ou no problema. Na normalidade, os CCS vão atuando sem maiores interferências, portanto, deve-se trabalhar para que essa normalidade seja mantida. Ressalta-se que os problemas que surgem nas eleições não são problemas de final de mandato e sim problemas que vão se constituindo ao longo do tempo da gestão. Quando se fala da estrutura dos conselhos fala-se muito do presidente, do vice-presidente e do diretor de assuntos sociais, mas dentro desta estrutura há o primeiro e o segundo secretários; o primeiro secretário tem um papel fundamental nesta estrutura. O trabalho diligente do primeiro secretário, no que se refere às atas dos CCS e ao livro de presença, permite um processo eleitoral mais eficiente, pois são nas atas e nos livros de presença que moram os problemas para a realização da eleição. A memória e a alma do conselho são os secretários e muitas vezes seus trabalhos não são reconhecidos. Temos que conhecer bem a Resolução, e o exercício que será feito hoje para alinhar e pensar um documento sobre a Resolução ajudará no seu entendimento, pois a ferramenta do conselheiro é a Resolução e ela deve ser conhecida por todos.

Com relação à incorporação de outros membros natos dentro do CCS, nesta questão encontramos certas dificuldades por conta das esferas de atuação de cada governo. Quando se trata da mesma esfera de atuação é mais fácil como, por exemplo, a atuação do BPRV em São Pedro da Aldeia. Todos os CCS que têm sua área de

atuação cortada por uma rodovia deveriam ter a presença do BPRV. Como coordenadora, um abaixo-assinado foi encaminhado à Coordenadoria solicitando a presença da Guarda Municipal como membro nato dos CCS, e isso extrapola as esferas de competência. Devemos lembrar que quando falamos de membros natos no CCS devemos pensar também na atuação deles em todos os processos do conselho: as eleições não podem ser apenas de responsabilidade do comandante de área e do delegado, novos membros natos exigem também novos compromissos em todas as esferas de atuação. Toda vez que pensarmos em dar status a determinados atores devemos pensar também no que vem posteriormente a esse processo.

Outra questão que apareceu foi sobre materiais de divulgação dos CCS. Acredito que sejam fôlderes e Guia Prático, e isso já deve estar sendo pensando dentro da Coordenadoria. Com relação às dificuldades encontradas na divulgação dos CCS, muitos indagam qual a forma para se divulgar e apresentá-los na localidade. Acredito que a capacitação pode ajudar os conselheiros nessa tarefa. Mostrar para as pessoas em diferentes comunidades a importância dos CCS, esclarecendo que não são locais de delação ou de fala irresponsável que podem trazer risco à segurança das pessoas que participam das reuniões, preocupação também expressa na Resolução nº 781. As exposições nos CCS são democráticas, mas existe também a responsabilidade daquilo que é dito. Outra questão foi sobre a participação do Conselho Tutelar, que trata-se também de uma esfera de atuação das prefeituras, e, para qualquer outra participação nessa esfera, é necessário pactuar caso a caso. Um ator não pode se imiscuir na esfera de outro e isso se apresenta como um desafio. Nos municípios do interior a presença da esfera municipal é fundamental para as atividades dos conselhos e sua ausência acaba inviabilizando a realização de certos trabalhos, mas isso, novamente, deve ser pactuado e não ser apenas uma adesão político-partidária do momento, pensando sempre que os CCS representam a comunidade sem uma cor partidária.

Cap. PM Gustavo Matheus – Coordenador dos CCS

O coordenador dos CCS falou sobre os GT da parte da tarde, nos quais seriam tratadas as questões de forma mais aprofundadas sobre a normativa dos CCS. Ressaltou que o material informativo dos CCS foi uma das prioridades apontadas para a nova gestão, mas que neste ano o esforço foi concentrado para a realização do VII Fórum, que envolveu custos. Apresentou a participação do ISP e dos CCS no CONSPERJ e a vitória na ampliação do número de vagas aos conselheiros de forma regionalizada. Ressaltou que a nova configuração do CONSPERJ coube ao Governador, não sendo uma esfera de competência do ISP.

Diretora-Presidente do ISP – Dra. Adriana Pereira Mendes

A Diretora-Presidente agradeceu a presença de todos e em especial dos ex-coordenadores que abrilhantaram o evento. Apresentou uma das metas do Instituto, que é capacitar em análise criminal até o final de 2020 todas as unidades com um ou dois policiais, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, otimizando uma maior racionalização dos trabalhos das polícias de nosso estado. No que diz respeito à deficiência do desenvolvimento do turismo em algumas áreas do estado em função da segurança pública, afirmou que esteve em uma reunião recente com agentes da rede hoteleira e da associação de turismo para buscarmos, por meio dos números estatísticos, que são positivos no decorrer desse ano, ecoar para fora do estado do Rio de Janeiro, atraindo o maior público de turistas, pois isto é o que esperamos alcançar: reverter a imagem do Rio de Janeiro por meio de trabalhos precisos e técnicos e contribuir para o desenvolvimento do estado em um amplo entendimento. A presença dos senhores e senhoras apresenta uma ampliação do entendimento de participação que devemos buscar. A segurança pública não perpassa apenas as atividades de polícia, e isso já faz parte de uma consciência que está sendo ampliada e que é muito positiva. A última observação feita se direcionou à participação dos membros natos nas reuniões de CCS, e foi ressaltado que isso seria tratado nas esferas das secretarias de Polícia Militar e Civil. Destacou que recentemente foi feita uma publicação da Secretaria de Estado de Polícia Civil sobre a obrigatoriedade da participação, não apenas dos delegados titulares, mas também daqueles à frente d delegacias especializadas, e que isso se estenderia à Secretaria de Estado de Policia Militar.

GRUPOS DE TRABALHO (GT)

Entende-se por grupo de trabalho uma reunião que tem como objetivo aprofundar questões que perduram dentro de um coletivo de pessoas. Buscam-se resultados construídos de forma compartilhada e servem para encaminhar algumas ações e entendimentos acerca do tema trabalhado. Todas as pessoas que participaram do período da manhã no VII Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança tiveram a livre escolha para a participar ou não de um dos cinco GT propostos na parte da tarde. Cada GT contou com a participação de um facilitador e um monitor. As questões discutidas serão apreciadas pela Vice-Governadoria, Secretaria de Estado de Polícia Civil e Secretaria de Estado de Polícia Militar. São eles:

GT 01: Violência e indicadores de criminalidade: gestão de resultados

GT 02: Legislação dos CCS

GT 03: Dossiês de grupos específicos

GT 04: Participação social na era digital

GT 05: A cidade e seus moradores: percepção de segurança e insegurança

GT 01: Violência e indicadores de criminalidade: gestão de resultados

Foi objeto deste GT apresentar como as estatísticas governamentais na área de segurança são produzidas e qual a sua importância, salientando uma gestão de resultados em que a consolidação dos dados criminais e a produção de informação são os primeiros passos na formulação de indicadores para as ações governamentais.

Coordenadora: Bárbara Caballero

Facilitador: Márcio Duarte

Relatora: Fernanda Messina

+ 24 participantes

Apresentação

1. O Instituto de Segurança Pública:

- a. Estrutura;
- b. Atividades.

2. Indicadores de criminalidade>

- a. Processo de consolidação das estatísticas oficiais;
- b. Divulgação mensal das estatísticas oficiais de segurança do estado desde 2003, por meio de mais de 50 títulos criminais e diferentes painéis de visualização;
- c. A origem dos dados: microdados do ISP provêm dos registros de ocorrência lavrados nas delegacias da SEPOL;
- d. Base de dados administrativa contém desafios para a consolidação de estatísticas; contabilização dos números de segurança não é trivial; ISP segue regras de contagem da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp);
- e. Consolidação dos dados por parte do ISP e auditoria por conta da Corregedoria Interna da Polícia Civil (SARPM/CGPOL) dura até 11 dias úteis;
- f. Dados e informações disponíveis;
- g. ISPDados (www.ispdados.rj.gov.br);
- h. ISPVisualização (www.ispvisualizacao.rj.gov.br).

3. Pra quê servem os números?

- a. Transparência para conhecimento e cobrança da população;
- b. Análise criminal para melhor planejamento e atuação das polícias;

- c. Embasamento para elaboração de políticas públicas eficientes;
 - d. Diminuição da criminalidade e preservação da vida;
 - e. Relatórios e análises;
 - f. Como usar as informações do ISPV visualização;
 - g. Solicitação de microdados.
4. O Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas para os Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Rio de Janeiro (SIM).

Propostas Encaminhadas

1. Publicização das metas dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade do Sistema de Metas, de preferência junto com os dados consolidados do estado;
2. Convênio dos CCS junto ao ISP para acesso mensal aos microdados georreferenciados para acompanhar a mancha criminal;
3. Inclusão no Sistema de Metas de um indicador de satisfação da qualidade de atendimento nas delegacias.

GT 02: Legislação dos CCS

Foram objetos deste GT considerações e sugestões sobre as normativas dos CCS, além da Resolução nº 781/2005 e suas alterações, e a apresentação da síntese do relatório de reuniões realizadas junto aos conselheiros das diretorias em dezembro de 2018. A pauta se orientou para as retificações necessárias para o bom funcionamento dos CCS no que se refere à sua normativa regulatória.

Coordenador: Gustavo Matheus

Facilitadora: Livia Floret

Relator: Diego Gimenes

+ 27 participantes

Apresentação

1. Alteração da Resolução nº 781/2005 em alguns artigos:
 - a. Art. 2º - Os CCS têm caráter consultivo e são vinculados às diretrizes emanadas da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ) e do Instituto de Segurança Pública (ISP);
 - b. Art. 30º - As eleições dos membros efetivos cujos cargos são aqueles previstos nos arts. 18 ao 22, se realizam a cada 02 (dois) anos, sob a presidência e responsabilidade dos membros natos, podendo dar-se: Alterado pela RESOLUÇÃO SESEG Nº 547 DE 12 DE ABRIL DE 2012;
 - c. Art. 5º - § 3º- As funções desempenhadas no CCS não serão remuneradas, consubstanciadas numa prestação de serviço voluntário, em benefício da comunidade.

2. Ressalvas a serem incluídas na normativa:
 - a. Inclusão da participação do coordenador nas reuniões de CCS;
 - b. Caráter fiscalizador;
 - c. Criação de fóruns temáticos;
 - d. Cursos de qualificação aos conselheiros.

Propostas Encaminhadas

1. Quanto à possibilidade de reeleição dos conselheiros:
 - 20 votos a favor limitado a uma reeleição;
 - Ressalva quanto à possibilidade de reeleição por aclamação.
2. Quanto ao tempo de mandato da diretoria:
 - 21 votos a favor de mandato de dois anos;
 - Foi solicitada a possibilidade de descompatibilizar o período de eleição dos CCS com outras eleições municipais e estaduais.
3. Quanto à remuneração dos conselheiros:
 - 23 votos contra a previsão de remuneração para os diretores de CCS.
4. Os CCS poderiam contar com uma verba de custeio para as atividades fins, com base na Lei do Voluntariado, e/ou ressarcimento de gastos (locomoção, alimentação e logística):
 - 23 votos a favor de previsão de reembolso de despesas pela Lei do Voluntariado.
5. Quanto ao caráter consultivo e colaborativo ou deliberativo:
 - 17 votos pelo caráter deliberativo dos CCS conforme Conferência Nacional de 2009;
 - 2 votos pela manutenção do caráter consultivo dos CCS;
 - Manutenção do caráter comunitário dos CCS.
6. Quanto à prerrogativa fiscalizadora:
 - 18 votos a favor de prerrogativa fiscalizadora para atestar as condições de trabalho dos policiais nas delegacias e batalhões.
7. Quanto à realização das reuniões ordinárias do CCS fora dos batalhões e delegacias, sendo preponderante para aumento do quorum:
 - Não há necessidade de previsão deste item.
8. Quanto às reuniões itinerantes ou fixas:
 - Não há necessidade de previsão deste item.
9. Quanto a alguns CCS com existência de um espaço físico funcionando como sede e espaço para suas reuniões dos CCS:
 - Previsão de cessão de sala nas delegacias ou batalhões para armazenamento de documentos dos CCS.
10. Quanto à presença institucional do Instituto de Segurança Pública, por meio da Coordenadoria, nas

reuniões ordinárias dos CCS:

- Unânime quanto à inclusão em norma prevendo uma visita do ISP a cada CCS no período de um ano.

11. Quanto a alguns CCS ainda sofrerem com a ausência de um ou mais membros natos (comandantes e delegados) em suas reuniões ordinárias:

- Continuar como obrigatória a previsão de presença dos membros natos nas reuniões do CCS.

12. Quanto à previsão de qualificação dos membros natos e conselheiros:

- Unânime quanto à previsão de qualificação, incluindo praças e policiais, e sugestão de inclusão dos CCS em grade dos cursos de formação das polícias.

13. Quanto à criação de fóruns temáticos anuais para a troca de conhecimento e interação dos CCS sobre assuntos específicos da segurança pública:

- Unânime quanto a essa previsão.

14. Quanto à previsão de uma reunião de trabalho entre a diretoria e membros natos para a padronização da pauta para a próxima reunião:

- 5 votos contra a realização de reunião fechada de trabalho entre diretoria e membros natos.

15. Quanto ao veto à participação de representantes políticos e candidatos na composição da mesa diretora do CCS durante o período eleitoral:

- Unânime quanto ao veto de participação em diretoria de candidatos a eleições.

16. Vetada a previsão de criação de carteira de identidade dos conselheiros;

- Unânime quanto à realização de conferência estadual de CCS.

GT 03: Dossiês de grupos específicos

Foi objeto deste GT fomentar discussão em torno dos dossiês organizados pelo ISP. Cada dossiê tem como objetivo trazer informações detalhadas e análises e estudos relativos a um determinado grupo com certo grau de vulnerabilidade às violências existentes, sendo eles: Dossiê Mulher, Dossiê Idoso, Dossiê Criança e Adolescente, Dossiê LGBTQ+, Dossiê Trânsito e outros produtos do ISP, como a Revista Cadernos de Segurança Pública, foram apresentados neste GT.

Coordenadora: Vanessa Campagnac

Facilitadora e relatora: Vanessa Cortes

+ 16 participantes

Apresentação:

1. Conceitos - minorias sociais e grupos vulneráveis;
2. Importância dos dossiês para a formulação de políticas públicas de segurança - Dossiês:

- a. Criança e Adolescente – 2018;
 - b. LGBT+ – 2018;
 - c. Mulher – 2019;
 - d. Trânsito – 2019;
 - e. Pessoa Idosa – 2019.
3. Infográficos:
- a. Roubo a estabelecimento comercial;
 - b. Roubo de carga;
 - c. Intolerância religiosa;
 - d. Femicídio.
4. Outras produções do ISP:
- a. Pessoas desaparecidas;
 - b. Revista Cadernos de Segurança Pública.
5. Frase norteadora: Como disseminar as informações e dados dos dossiês aos conselheiros comunitários de segurança?

Propostas Encaminhadas

1. O ISP utilizar os dados da saúde em relação à violência contra a mulher, criança e adolescente para embasar as suas pesquisas;
2. Apresentar de forma destacada tanto os dados positivos como os negativos em relação à incidência criminal;
3. O ISP assumir o papel de articulador do CCS diante das prefeituras, a fim de obter a participação de outras áreas (secretarias de Educação, de Saúde, etc.) representadas nas reuniões do CCS e dialogando com os conselhos;
4. Elaborar estratégias para que a população conheça o ISP e seu trabalho, visando à disseminação da informação;
5. Estimular a participação nos CCS do Ministério Público, Conselho Tutelar, representantes da federação de favelas e outros órgãos, visando à construção de diagnóstico sobre a violência contra crianças e adolescentes;
6. Convidar as igrejas – principalmente as mulheres – para assistirem as apresentações do ISP sobre dados e informações sobre a violência contra crianças, adolescentes e mulheres;
7. Apoiar os conselhos de municípios (como o de Silva Jardim) com capacitação em relação à apropriação dos dados e informações sobre grupos vulneráveis;
8. Elaborar um estudo para compreender os desafios e o perfil dos egressos do sistema prisional que buscam a entrada no mercado de trabalho;
9. Apoiar os movimentos e organizações sociais com informações sobre violência e as redes de apoio (que forneçam dados, serviços e formas de captação de recurso);

10. Elaborar estudo sobre a vulnerabilidade da população de rua;
11. Elaborar estudo sobre a vulnerabilidade das adolescentes grávidas em abrigos e o acompanhamento após o nascimento da criança.

GT 04: Participação social na era digital

Os CCS cresceram substancialmente de importância nos últimos anos e o uso de mídias sociais como o Facebook e o Whatsapp, em especial, potencializaram esses canais. Assim, o fortalecimento dos CCS como instância de participação presencial foi reforçada por meio de mecanismos de participação virtual. A participação na era digital torna possível aumentar a representatividade e a legitimidade dos conselhos perante a população. Como contrapartida, o ISP, em parceria com o Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), oferece ainda na fase de teste a robô Alda, apresentada neste GT.

Coordenador do ISP: Emmanuel Caldas

Facilitadora do ISP: Nadine Melloni

Coordenadora do ITS: Débora Albu

Facilitador do ITS: Diego Cerqueira

+ 20 participantes

Apresentação

1. Exemplos de uso de tecnologia para aumentar a participação social;
2. Tecnologia e participação social e a alteração do trabalho policial;
3. Produtos do ISP que se relacionam com tecnologia e participação social;
4. Distribuição de *post-it* para redação de sugestões de inovações e uso de tecnologia para facilitar o trabalho dos conselheiros eleitos, divulgar os CCS e aumentar a participação;
5. Distribuição dos *post-it* em cartolina colada na parede para que todos vissem todas contribuições;
6. Discussão entre os participantes sobre as propostas. Seleção das melhores e mais exequíveis, considerando os possíveis responsáveis pela implementação.
7. Sugestões dos participantes durante as apresentações:
 - a. Apresentação do projeto Vizinho Solidário, do CCS de Rio das Ostras. Nele, comandantes e policiais das patrulhas da área participam de grupos de WhatsApp. Nesses grupos são postadas denúncias, suspeitas de crimes e imagens de câmeras de segurança;
 - b. Foram discutidos os elementos éticos das divulgações em tempo real de denúncias de crimes em páginas famosas nas redes sociais. Muitos citaram que essas ações podem prejudicar operações e o trabalho policial.

Propostas Encaminhadas

1. Houve pedido para que seja criada uma área com log in e senha para cada CCS alimentar a Alda. Thayana, do ITS, explicou que essa demanda será atendida pela nova ata integrada;
2. Houve reclamações pela necessidade da diretoria escrever todos os nomes dos participantes de cada reunião em ata. A nova ata eletrônica criada pelo ITS permitirá que o conselheiro confirme a presença dos membros natos e das diretorias que estejam cadastrados. Contudo, em relação aos demais participantes, a solução apresentada foi o envio de foto da lista ou o cadastramento desses participantes;
3. Foram apresentadas demandas para que a Alda utilize critérios para auxiliar o presidente do CCS a pautar a reunião. Uma das sugestões é usar um índice que contabiliza o número de solicitações sobre um mesmo assunto;
4. Foi questionada a possibilidade da Alda divulgar os trabalhos dos CCS. Um exemplo é o projeto Vizinho Solidário, implementado pelo CCS de Rio das Ostras;
5. Foi apresentada a sugestão de criação de uma plataforma digital de registros de ocorrências direcionadas à Polícia Militar, à Polícia Civil e às Guardas Municipais. Diferente, portanto, dos sites que já existem (DEDIC, e-brat etc). Seriam agregadas todas as denúncias e solicitações por meio de um único número;
6. Foi sugerida a participação das pessoas nas reuniões em modo on-line, talvez por meio de *lives* nas redes sociais;
7. Foi discutido o problema de descontinuidade das páginas de Facebook quando há mudança da diretoria. Todos concordaram que os diretores das diretorias não podem se apropriar dos seguidores e das páginas. A página deveria ser institucional para garantir a memória e os seguidores, e as senhas seriam gerenciadas pelo ISP;
8. Foi relatado que a página do ISP é pouco acessada pelos membros dos CCS. É necessário disseminar a página do ISP;
9. Captação de e-mail sobre as discussões nas reuniões;
10. Foi discutida a recorrência de certas demandas. Foi sugerida a criação de grupos de trabalhos para conhecer esses problemas e os motivos que impedem sua resolução. Este grupo de trabalho buscaria encontrar caminhos para destravar os processos que impedem a solução dos problemas;
11. Foi relatado que houve muita atenção aos grandes eventos e aos riscos associados ao terrorismo. Contudo, fora desses momentos, a discussão sobre ataques em massa ou ações de terrorismo são escassas. A população não é bem informada sobre como proceder nesses casos. Seria necessário um canal para informar a população e difundir alertas;
12. Foi sugerida a criação de parcerias entre lojas dos bairros e as instituições policiais para facilitar o monitoramento da cidade por câmeras privadas. Os CCS poderiam auxiliar neste trabalho;
13. Foi solicitada a modernização das atas eletrônicas e que ela facilite o registro da lista de presentes nas

reuniões;

14. Sobre a Alda:

- a. Criar canal de divulgação das resoluções dos CCS, trabalhos, boas práticas e outras informações. O canal poderia ser chamado Alda Informa;
- b. Enviar convites formais para participação nas reuniões aos representantes das instituições por meio da Alda;
- c. Criar critério para auxiliar os diretores dos CCS a construir a pauta das reuniões baseada no número de solicitações registradas pela Alda;
- d. Criar um aplicativo da Alda ou incluí-la no WhatsApp;
- e. Permitir o envio e recebimento de fotos e vídeos nas conversas com a Alda. Isso permitiria o envio da lista de participantes das reuniões, ou o envio de vídeos com trechos das reuniões;
- f. Divulgar a Alda nas escolas;

15. Alterar o modelo de gestão das páginas dos CCS no Facebook, Twitter, Instagram e outras redes sociais. A administração das senhas ficaria a cargo do ISP. Assim, a cada mudança de gestão, os novos diretores receberiam novas senhas da Coordenadoria dos CCS.

GT 05: A cidade e seus moradores: percepção de segurança e insegurança

A preocupação com a criminalidade e sua ampliação nos grandes centros urbanos ocupa hoje um lugar central nos discursos social e político. De modo geral, a preocupação com a criminalidade se desdobra no sentimento de medo e de insegurança frente ao crime. Buscar entender esse fenômeno possibilita desdobrar políticas públicas mais efetivas na segurança, uma vez que em nosso estado a segurança pública relaciona-se intrinsecamente com a qualidade de vida que a população afirma possuir.

Coordenador: Leonardo Vale

Facilitador: José Augusto da Conceição Pereira

Relator: Wagner Duarte

+ 24 participantes

Apresentação

1. O crime se manifesta em todas as sociedades existentes e sensibiliza cada cidadão de forma diferente;
2. A percepção é um sentimento afetado pelo meio e pelo contexto;

3. A desordem urbana contribui para a insegurança;
4. Quanto maior o aparato policial, mais o cidadão se sente seguro;
5. No estado Rio de Janeiro os dados de segurança pública são constantemente expostos à população;
6. Meios de comunicação, redes sociais, programas de televisão e grupos locais abordam o tema diariamente;
7. Prevenção criminal (ou delitiva):
 - a. Faz parte dos estudos da Criminologia moderna;
 - b. É entendida como o conjunto de ações que visam a evitar a ocorrência do delito, atingindo-o de maneira indireta (foco no indivíduo e no meio em que vive) e direta (foco na infração penal);
8. Modelos de prevenção criminal:
 - a. Prevenção primária: atua na raiz do problema atacando os fatores incentivadores da criminalidade antes que eles incidam sobre o indivíduo;
 - b. Prevenção secundária: age nos locais onde o crime ocorreu, ocorre ou são iminentes;
 - c. Prevenção terciária: ocorre durante o cumprimento da pena e tem por objetivo a ressocialização, ou seja, evitar a reincidência.
9. Relativizando a percepção:
 - a. Dados oficiais;
 - b. Participação social; e
 - c. Informação.

Propostas Encaminhadas

1. Necessidade de recriação da(s) ouvidoria(s);
2. Resgate da imagem e confiança institucional das polícias;
3. Necessidade de interlocução entre a Polícia Militar e as forças municipais de segurança e ordem pública;
4. Necessidade de se discutir a matriz de responsabilidades entre poderes/órgãos do estado e dos municípios;
5. Necessidade de se promover a reaproximação das polícias com a população;
6. Ação de caráter repressivo de forma qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O VII Fórum dos CCS serviu como um importante balizador para a superação de questões e desafios que ainda permeiam esses legítimos canais de participação popular na segurança pública de nosso estado. O evento externou ricas contribuições da mesa de autoridades, dos ex-coordenadores dos CCS e de todos participantes presentes no evento. Houve exposições orais, que no período da manhã foram proferidas a cerca de 410 pessoas e, no período da tarde, atividades nos Grupos de Trabalho, com mais de 120 pessoas retornando

após uma manhã inteira de atividades. Buscando consolidar os trabalhos desenvolvidos durante o Fórum, a Coordenadoria dos CCS apresenta suas considerações, articulando-as diretamente às suas responsabilidades de atuação.

Iniciaremos com as demandas que foram apresentadas e encontram-se em vias de desenvolvimento na gestão iniciada em janeiro de 2019. Ressalta-se que a própria realização do presente Fórum foi decorrente da demanda apresentada pelos conselheiros que almejavam, de longa data, a sua realização. Nesta senda, destaca-se o curso de qualificação presencial dos conselheiros no escopo de ações previstas para o ano de 2020, bem como iniciado para apreciação o projeto de qualificação de conselheiros na modalidade EAD. A qualificação dos membros natos no tocante às suas responsabilidades de atuação frente aos CCS também já foi ação desta Coordenadoria e será novamente continuada para atender as solicitações apresentadas durante o evento.

No tocante à difusão dos conselhos e o seu reconhecimento como instâncias institucionalizadas e legítimas para a interlocução entre os órgãos e instituições de segurança do estado, tal demanda encontra-se contemplada pelos canais de WhatsApp, Facebook, Twitter e pela finalização do projeto Conselhos Conectados, que resultou na *chatbot* Alda. Trata-se de um *software* de inteligência artificial que permite aumentar a difusão dos conselhos com informações atualizadas e propostas de devolutivas aos usuários que buscam conhecer os CCS em suas localidades. Ainda na perspectiva de difusão e reconhecimento, os materiais informativos como fôlderes e Guias Práticos serão confeccionados conforme a disponibilização de recursos financeiros do Instituto.

A presença dos membros natos, garantida na normativa dos CCS, foi reforçada por meio da publicação em Boletim Interno da Polícia Civil e do compromisso expresso na fala do Secretário de Estado de Polícia Militar, Cel. PM Rogério Figueredo, durante o evento. A demanda por ampliação do número de membros natos nos CCS oriundos de instituições vinculadas às esferas de atuação do Governo do Estado, tais como do batalhão de polícia rodoviária, do Corpo de Bombeiros, do batalhão de polícia florestal e do meio ambiente, dentre outros, será devidamente encaminhada pelas vias institucionais no sentido de buscar atender à solicitação. Contudo, instituições que extrapolam os limites de atuação do Governo Estadual, tais como Guardas Municipais, Conselhos Tutelares, Ministérios Públicos, dentre outros, receberão ações de sensibilização para a presença nas reuniões de CCS sem, contudo, vislumbrar uma definição efetiva desses agentes públicos com prerrogativas de membros natos. Porém, reitera-se a necessidade de se rediscutir a matriz de responsabilidades entre poderes/órgãos do estado e dos municípios nos assuntos de segurança pública. Ressalta-se que os

conselheiros identificaram a necessidade de recriação das ouvidorias, bem como qualificação das ações repressivas das polícias.

Uma reformulação da ata eletrônica encontra-se em fase de teste e busca sanar os problemas pontuais apresentados pelos conselheiros e acolher as novas demandas decorrentes da *chatbot* Alda. Após a fase de teste em que se confirmará a superação dos problemas apontados, a implementação do novo sistema será paulatina e se desdobrará na capacitação dos presidentes e secretários para sua operacionalização.

A divulgação dos produtos do Instituto de Segurança Pública nas reuniões de CCS, tais como Dossiês Mulher, Idoso, Criança e Adolescente, LGBT+ e Trânsito pode ser realizada conforme convite do CCS e a disponibilidade de agenda dos servidores responsáveis por cada estudo. Ressalta-se que esta atividade já vem acontecendo nos últimos anos. Entretanto, a demanda é baixa e concentrada apenas na apresentação do Dossiê Mulher nas reuniões de CCS. Destaca-se que os conselheiros são informados e convidados a participar Dos lançamentos desses estudos.

No decorrer dos anos, os CCS se consolidaram como grandes parceiros num projeto que busca rápida transformação dos principais problemas da segurança pública. Nesse sentido, em dezembro de 2018, a Coordenadoria dos CCS amparou juridicamente, por meio do Decreto nº 46 de 2018, as normativas de funcionamentos dos CCS vigentes até então por Resoluções, tais quais: SSP nº 781 de 2005, Resolução SESEG nº 78, de setembro de 2007 e a Resolução SESEG nº 547, de 12 de abril de 2012. Contudo, as transformações ocorridas ao longo do tempo e os novos entendimentos quanto ao papel desenvolvido por esses conselheiros ao longo dos anos abriu uma lacuna interpretativa, sendo reiterada sistematicamente nos últimos anos por parte de alguns conselheiros. Almejando novas estratégias de atuação a partir dos atores diretamente envolvidos na atuação desses conselhos, destacamos os apontamentos levantados durante o VII Fórum.

Foram citadas a alteração da normativa vigente viabilizando a reeleição de uma mesma diretoria por mais um mandato consecutivo, além da manutenção do caráter voluntário dos CCS, porém viabilizando uma verba de custeio embasada pela Lei do Voluntariado. Com 27 pessoas presentes no GT 02 – Legislação dos CCS, 17 delas votaram a favor do caráter deliberativo dos CCS, embasados pela Conferência Nacional ocorrida no ano de 2009. Dessas 27 pessoas, 18 votaram para que os CCS se tenham prerrogativas fiscalizadoras, com vistas a atestar as condições de trabalho dos policiais nas delegacias e batalhões.

Falou-se da necessidade de um espaço físico funcionando como sede do CCS, e um dos caminhos apontados foi a possibilidade de delegacias ou batalhões servirem como sede para o armazenamento de documentos e como local de referência para as atividades do conselho. Outra demanda foi a previsão de

dispositivo legal na normativa que garanta uma reunião prévia com a diretoria e seus membros natos, visando a uma pauta da próxima reunião, no intuito de tornar as reuniões mais focadas e produtivas. A proposta da presença institucional do Instituto de Segurança Pública, por meio da Coordenadoria, nas reuniões ordinárias dos CCS foi unânime. Ressalta-se que esta é uma prática da Coordenadoria dos CCS, porém não amparada na normativa. Mediante solicitação de inclusão dessa prerrogativa de obrigatoriedade de visita do coordenador dos CCS, destacou-se que cada CCS receberia, ao menos, uma visita no período de um ano.

Foi unanimemente vetada a participação em diretoria de candidatos à eleição. Cabe ressaltar que a normativa do CCS já prevê que o candidato a cargo eletivo dos poderes Executivo ou Legislativo venha a se afastar com 90 dias de antecedência da diretoria do CCS, podendo reassumir a função após o pleito, seja qual for o resultado.

Após expor as demandas dos conselheiros presentes nos cinco grupos de trabalhos e considerando as contribuições dos ex-coordenadores presentes no Fórum, esta Coordenadoria dos CCS considera de extrema urgência a alteração da normativa. Contudo, reforça seu entendimento quanto à manutenção de sua atuação de caráter consultivo e voluntário. Este entendimento decorre na necessidade de ampliação da representatividade dos CCS na sua localidade de atuação. A deliberação dentro de um conselho é legítima quando existe o conhecimento desse espaço pelos cidadãos que são representados coletivamente. Acreditamos que a deliberação é algo que deverá ser continuamente buscada nesses espaços, mas não sem antes superar os esvaziamentos de alguns CCS, bem como a não realização de eleições periódicas motivadas por falta de quorum de conselheiros, o que resulta na sua desativação.